



**Prefeitura Municipal de Belterra**  
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.  
CNPJ nº 01.614.112/0001-03



**PARECER JURIDICO**

**EMENTA:** Direito Administrativo. Licitação,  
Aditivo de Contrato. Possibilidade.  
Fundamentação legal.

**Contrato nº 005/2018 – 1º ADITIVO CONTRATUAL**

**I – RELATÓRIO**

Vieram os autos a esta Consultoria Jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, para fins de análise jurídica da legalidade do texto do minuta do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação do prazo do contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Dr. Hiroito Tabajara Lacerda de Castro, que tem como objeto a prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica nas respectivas secretarias, com fundamento no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

O aditamento, por sua vez, tem por objetivo "prorrogar o prazo de execução dos serviços até 31 de dezembro de 2019.

Constam dos autos os documentos exigidos na legislação vigente.

A empresa informa que a obra já foi concluída e inaugurada, e que o presente aditivo tem como finalidade manter vigente o contrato para fins de sua finalização e pagamento do saldo devedor.

É o breve relatório.

**II - ANÁLISE JURÍDICA**

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.



**Prefeitura Municipal de Belterra**  
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.  
CNPJ nº 01.614.112/0001-03



Destarte, à luz da legislação vigente incumbe a esta assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

No que diz respeito à prorrogação de contratos, a Lei nº 8.666/93, admite tal possibilidade, desde que observadas determinadas situações, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[....]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

A Contratante é que requer a prorrogação do contrato, justificando a necessidade da continuação da prestação de serviços.

A celebração do referido termo Aditivo com o contratado, pelo que consta dos autos, não traz quaisquer outros ônus para a Administração Pública, além dos originariamente previstos. Na realidade, a pretendida prorrogação contratual decorre da necessidade da prestação do serviço continuado.

Ademais, a dilação contratual buscada encontra-se devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente para assinar o ajuste, em conformidade com o previsto no art. 57, § 2º da Lei 8.666/93.



**Prefeitura Municipal de Belterra**  
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.  
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

Outrossim, no que se refere à Certificação de Disponibilidade Orçamentária para fazer face a eventuais despesas decorrentes da execução da avença, entende-se que ela já se encontra atendida conforme consta dos autos.

No que se refere à regularidade fiscal da contratada, consta nos autos as certidões.

Tem-se como sendo conveniente registrar, ainda, que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato encontra-se em vigor.


No que tange ao aspecto jurídico e formal da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, constata-se que sua elaboração se deu com observância da legislação que rege a matéria.

### **III- CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do feito.

É o parecer.

Belterra, 12 de dezembro de 2018

  
**José Maria Ferreira Lima**  
Assessor Jurídico  
(AB/PA 5346)